

É HORA DE SAIR DO ARMÁRIO: DIVERSIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA ALIMENTAR

Paula Gioia



Paula Gioia é agricultora e apicultora numa fazenda comunitária que integra a Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft (AbL), uma organização alemã afiliada à La Vía Campesina. Paula atualmente participa do Comitê de Coordenação da European Coordination Via Campesina (ECVC), e atua ativamente na denúncia de questões relacionadas com a discriminação de pessoas LGBTTIQ na agricultura e no movimento de soberania alimentar.

A ECVC é uma organização de base europeia que atualmente reúne 31 organizações rurais que representam produtores e trabalhadores agrícolas, com base em 21 países europeus. Ela é membro regional da Vía Campesina, o maior movimento camponês do mundo.

“[E]liminar a discriminação baseada em gênero e sexualidade não é menos importante que a luta por preços justos para os produtos agrícolas e para a terra. Na verdade, os direitos das pessoas LGBTTIQ também fazem parte da luta por justiça e dignidade.”

AGRADECIMENTOS |

Agradecimentos especiais a Sophie von Redecker (Universidade de Kassel) e Emily Mattheisen (FIAN International) pelo apoio na revisão deste artigo.

FOTO |

[Rafael Stedile](#) / Todos os direitos reservados.

1 Para mais informações sobre como as mulheres estão liderando a resistência contra o autoritarismo, leia o artigo “A resistência das mulheres contra o autoritarismo no Brasil, nas Filipinas e em Rojava (norte da Síria)”, nesta edição do *Observatório do Direito à Alimentação e à Nutrição*.

2 Misoginia é a antipatia, o desprezo ou o profundo preconceito contra as mulheres.

3 Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA). *State-Sponsored Homophobia 2019* (Homofobia patrocinada pelo Estado 2019), editado por Lucas Ramon Mendos. Genebra, março de 2019: 24. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019_light.pdf.

No contexto global atual, a discriminação é usada como uma ferramenta para preservar e apoiar movimentos políticos autoritários e de extrema direita. Aos imigrantes e refugiados é-lhes negado o direito legal ao asilo, os defensores dos direitos humanos são assassinados e a sociedade civil é criminalizada com total impunidade. O aumento da captura de espaços de políticas públicas pelo setor corporativo e a destruição irrestrita e a apropriação de recursos naturais — terras, água e sementes — indicam a influência devastadora de uma elite econômica, levando a desigualdades globais. Nesse contexto, o corpo e as identidades sexuais e de gênero são visados. As forças legalistas e conservadoras que moldam essas realidades são muitas vezes as mesmas que negam os direitos humanos, especialmente os direitos das mulheres,¹ e de pessoas não heteronormativas, perpetuando discursos misóginos,² homofóbicos e transfóbicos, aliados ao “nacionalismo extremo, à xenofobia, e à supremacia cultural e racial”.³

As agências da ONU estão a tornar-se cada vez mais ativas no mundo inteiro em questões de orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais.⁴ Nos últimos anos, muitas leis foram reformadas no âmbito nacional em favor de pessoas não conformes.⁵ No entanto, as pessoas LGBTTIQ⁶ permanecem marginalizadas e são-lhes negados os direitos humanos em geral. De fato, à medida que a discriminação estrutural leva muitas delas a sofrer exclusão social, os seus direitos à alimentação, à habitação e à vida não estão garantidos.

Hoje, as autoridades ainda promovem, em diferentes níveis, uma identidade nacional heteronormativa que se opõe às pessoas LGBTTIQ. Neste contexto, as co-

comunidades LGBTTIQ e os ativistas de direitos sexuais que as defendem são alvo de violações. E, no entanto, eles também, entre outros movimentos, discriminam e julgam outros grupos⁷ replicando, deste modo, as tensões existentes na sociedade em torno da dinâmica entre raça, gênero, classe, o Norte e o Sul. Como este artigo demonstra, mesmo defendendo uma agenda feminista entre os produtores de alimentos de pequena escala, o movimento de soberania alimentar baseado em direitos não é poupado da reprodução de padrões sexistas. Além disso, a naturalização de papéis com base em gênero na agricultura e a ausência de menções a pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos em declarações-chave não só as tornam invisíveis, mas também tornam mais difícil uma perspectiva interseccional⁸ que permitiria a análise da discriminação múltipla.⁹

Este artigo analisa como a luta pelos direitos das pessoas LGBTTIQ é em grande medida silenciada no movimento mais amplo de direitos humanos e na luta pela soberania alimentar e pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas. Argumentamos que excluir essas pessoas é uma negação das múltiplas formas de discriminação que enfrentam. O objetivo é fomentar um diálogo entre os movimentos feminista, *queer*-feminista e de soberania alimentar, fortalecendo assim o potencial de compreensão e colaboração. Finalmente, apelamos a que todos esses movimentos unam forças e abracem a convergência na luta coletiva pela dignidade humana e pelos direitos humanos.

CICLO DA AUTOPERPETUAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Nas áreas urbanas dos Estados Unidos, as pessoas não conformes em termos de gênero sabem o que significa a discriminação múltipla. Especificamente, minorias étnicas LGBTTIQ pobres são alvo de violações. Diferentes organizações relatam que as mulheres trans afrodescendentes sofrem elevados níveis de violência e discriminação pela sociedade e pela polícia.¹⁰ Assédio ou maus-tratos no trabalho relacionados à identidade de gênero também são comumente parte da realidade dessas pessoas.¹¹ Com o aumento do assédio no local de trabalho e a falta de estabilidade no emprego, essas pessoas têm menos meios para garantir o acesso às necessidades básicas,¹² o que afeta a sua capacidade de se alimentar e ter acesso à habitação. Para sobreviver, muitas delas recorrem à prostituição. Contra o pano de fundo de uma estrutura sistêmica deficiente em que se cruzam a transfobia e a misoginia, as trabalhadoras sexuais femininas trans também são vítimas de discriminação, não apenas por indivíduos, mas pelos próprios programas sociais que são desenvolvidos para as ajudar.¹³ Por exemplo, elas enfrentam discriminação no acesso a entidades assistenciais de emergência, que fornecem abrigo e comida. Considerando que a maioria dos abrigos para os sem-abrigo nos EUA é organizada por sexo, suposições incorretas sobre a identidade de gênero resultam em falhas no acesso aos serviços. O comportamento discriminatório também é visto entre funcionários públicos, organizações afiliadas ao governo e instituições filantrópicas que reproduzem o modelo corporativo e se engajam no "filantropocapitalismo".¹⁴ Neste contexto, a criminalização de pessoas negras e pardas, a criminalização e estigmatização de profissionais do sexo, a marginalização de pessoas que se identificam como trans nos serviços de emergência e, mais especificamente, a sua característica interseccional, levam a violações sistemáticas dos direitos humanos, incluindo o acesso à alimentação e nutrição.¹⁵

A pessoas LGBTTIQ de ascendência indígena¹⁶ nas Américas também precisam de lidar com a discriminação dentro e fora das suas comunidades. A herança da coloni-

4 Em 2016, o Conselho de Direitos Humanos da ONU deu um grande passo ao nomear um especialista independente para a proteção dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans contra a violência e a discriminação. Parte da missão deste especialista é avaliar a implementação de instrumentos internacionais de direitos humanos existentes relacionados à superação da violência e discriminação contra pessoas com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero, e para identificar e abordar as causas mais profundas da violência e discriminação. Para mais informações, consulte: www.ohchr.org/EN/Issues/SexualOrientationGender/Pages/Index.aspx.

5 Para mais informações, consulte: OHCHR. *Discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity* (Discriminação e violência contra pessoas com base em sua orientação sexual e identidade de gênero). A/HRC/19/41. 4 de maio de 2015. Disponível em inglês em: www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/HRC/29/23&referer=en-glish&Lang=E; e ILGA. nota 3 supracitada.

6 O acrônimo LGBTTIQ significa lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros, travestis, intersexuais e gênero *queer*, mas nem sempre se refere adequadamente a pessoas não conformes de gênero em todos os contextos. Neste artigo, o termo LGBTTIQ é usado com algumas variações, a fim de refletir os contextos específicos e, em alguns casos, respeitar as referências do original.

7 ILGA. Nota 3:25 supracitada.

8 Interseccionalidade é um conceito usado para descrever como pessoas, ou grupos de pessoas, são desfavorecidas por múltiplas fontes de preconceito e discriminação, devido à sua sobreposição de identidades e experiências, por exemplo, raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, religião, etc.

9 Gioia, Paula and Sophie von Redecker. "Queerfeldein. Queer-feministische Perspektiven auf die Bewegung für Ernährungssouveränität (Queer no campo. Perspectivas feministas queer sobre o movimento de soberania alimentar). *Class & Care*, Junho de 2018. Disponível em alemão em: www.zeitschrift-luxemburg.de/queerfeldein/.

- 10 Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). *Violence against Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Persons in the Americas* (Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexuais nas Américas). Organização dos Estados Americanos, 2015: 194-195. Disponível em inglês em: www.oas.org/en/iachr/reports/pdfs/ViolenceLGBTIPersons.pdf.
- 11 Para mais informações, consulte: Sears, Brad e Christy Mallory. *Documented evidence of employment discrimination its effects of LGBT people* (Evidência documentada de discriminação no emprego e seus efeitos sobre as pessoas LGBT). The Williams Institute, julho de 2011. Disponível em inglês em: williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/Sears-Mallory-Discrimination-July-20111.pdf.
- 12 Fry, B. *Body Politics: Transmisogyny and the Right to Adequate Food and Nutrition for Trans Sex Workers of Color* (Transmisoginia e o Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas para os Trabalhadores Sexuais Transsexuais de Cor.) 2019: 7. Manuscrito não publicado.
- 13 *Ibidem*: 6.
- 14 O termo “filantropocapitalismo” foi cunhado para descrever organizações filantrópicas que aproveitam o poder do mercado investindo em programas sociais, que geram retorno sobre o investimento a longo prazo.
- 15 Nota 12 supracitada.
- 16 A autora observa que os indígenas não heteronormativos podem não necessariamente se identificar com o conceito de LGBTTIQ.
- 17 CIDH. Nota 10:152 supracitada.
- 18 *Ibidem*: 26.
- 19 *Ibidem*; e Fernandes, Estevão Rafael. Ser nativo e ser gay: tecendo uma tese sobre a homossexualidade indígena no Brasil”. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. Vol. 21 (3), 2017. Disponível em português em: journals.openedition.org/etnografica/5090.
- 20 Fernandes. Nota 19 supracitada.
- 21 Para mais informações, leia: CIDH. Nota 10: 151-152 supracitada.
- 22 Fernandes. Nota 19 supracitada.

zação europeia deixou um legado de preconceitos que até hoje afeta negativamente a sexualidade e espiritualidade ancestrais dos povos indígenas.¹⁷ Diferentes mecanismos foram usados para colonizar a sexualidade indígena, impondo concepções sociais e religiosas europeias sobre relações entre o mesmo sexo e as transidentidades. No entanto, há ampla documentação provando que antes da colonização existiam outras concepções para expressar a diversidade sexual e de gênero entre várias comunidades indígenas, como a sexualidade da *muxe* nas culturas zapotecas do sul do México, ou a sexualidade “de dois espíritos” entre os nativos norte-americanos.¹⁸ Os ‘dois espíritos’ tradicionalmente exerciam um papel nos rituais e cerimônias da comunidade, dado que eles podiam apresentar qualidades femininas e masculinas.¹⁹ Através de regras sobre o casamento interétnico, a educação, a vestimenta, os nomes de batismo, ou corte de cabelo de pessoas indígenas,²⁰ a colonização provocou imensas perdas culturais, com consequências preocupantes entre as comunidades nativas.²¹ A homossexualidade de indígenas, quando vista deste ângulo, “não é um sinal de ‘perda cultural’, mas a sua invisibilidade e subordinação são o resultado de dinâmicas coloniais que ainda estão em progresso.”²²

Em todas as Américas, jovens indígenas LGBTTIQ enfrentam enormes desafios: falta de aceitação, o risco de serem expulsos da comunidade, uma vida de clandestinidade sexual, assédio e violações encobertas e migração para áreas urbanas.²³ Muitos ainda são adolescentes quando abandonam as suas comunidades,²⁴ e muitas vezes acabam a fazer trabalho sexual para sobreviver. Eles também enfrentam discriminação interseccional. Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), as comunidades indígenas veem “a si mesmas como uma unidade coletiva em que cada indivíduo vê a sua própria sobrevivência espiritual e cultural como dependente da sua contínua conexão com a identidade coletiva da comunidade e suas terras ancestrais.”²⁵ É da terra compartilhada por sua comunidade que eles tradicionalmente obtêm comida e outros recursos naturais para a subsistência. Portanto, as pessoas LGBTTIQ que são rejeitadas pela comunidade, ou que tomam a iniciativa de abandonar a sua terra ancestral, muitas vezes enfrentam uma profunda perda de identidade. Desafiando essa realidade, alguns jovens indígenas LGBT (TIQ) estão a trabalhar para reabrir a mente dos membros mais velhos das suas comunidades.²⁶ Ao fazê-lo, indígenas LGBT(TIQ) subvertem duplamente: étnica e sexualmente.

RUPTURA DE UM CICLO: DIVERSIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Nas áreas rurais, especialmente na agricultura, a discriminação de gênero é uma realidade inegável. A produção de alimentos está interligada à “natureza” e ao que é interpretado como “condições naturais”. Nesse sentido, uma divisão dicotômica da sociedade baseada num modelo de gênero binário (mulher e homem) é regularmente reproduzida, predefinindo — de acordo com a constituição do corpo biológico — as tarefas e papéis que cada pessoa deve realizar e cumprir. Mesmo os discursos feministas progressistas provenientes do movimento da soberania alimentar tendem a essencializar os papéis de gênero na agricultura, reproduzindo frequentemente uma compreensão do gênero demarcada por linhas binárias. Além disso, o movimento até agora tem trabalhado com um conceito de ‘natureza’ que é construído para apoiar uma narrativa e ordem social heteronormativa e patriarcal.

Sob o ponto de vista *queer*, esta é uma instrumentalização da “natureza”,²⁷ para fazer com que a “natureza” se encaixe no binómio hegemónico de gênero. Chegou a hora de acrescentar uma perspectiva *queer*-feminista à agenda da soberania alimentar e aprofundar a orientação crítica do movimento²⁸. Os casos a seguir mostram como ativistas rurais LGBTTIQ em três continentes diferentes estão a desenvolver

estratégias para ampliar essa visão e para combater a norma heterossexual patriarcal dentro das realidades agrícolas.

A fazenda Land Dyke Feminist Family Farm²⁹ é uma propriedade agrícola comunitária no Taiwan, que representa uma nova interpretação do conceito de família. Ao promover a biodiversidade através da agroecologia, os seus membros levam a consciência de gênero para as práticas agrícolas. Produzem arroz e vegetais e, ao mesmo tempo, procuram "cooperação igualitária entre as pessoas e a terra, trabalhadores e fazendeiros, migrantes e locais, cidades e aldeias".³⁰ Ao fazê-lo, "criam uma família baseada na força coletiva que impulsiona a sociedade em direção à mudança, não estabelecida através de heranças privadas, laços de sangue e estereótipos de gênero."³¹ A Land Dyke não é o único exemplo; iniciativas semelhantes podem ser encontradas em todo o mundo. No ano de lançamento da Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019),³² essas experiências podem inspirar-nos a repensar a maneira como a agricultura e as propriedades rurais são estruturadas e a redefinir o conceito de família, já que a "agricultura familiar" não precisa necessariamente ser associada a um modelo heteronormativo e paternalista monolítico. Ela também pode ser vista no plural, considerando não apenas as famílias LGBTTIQ, mas também membros de qualquer estrutura familiar ou de parentesco que não se enquadre no modelo tradicional da "família".³³

A Coordenação Europeia da Vía Campesina (ECVC) também está envolvida na mudança dos padrões sociais patriarcais no setor agrícola europeu e entre seus próprios membros. Em 2018, a ECVC organizou o seu primeiro Fórum,³⁴ destacando que eliminar a discriminação com base em gênero e sexualidade não é menos importante que a luta por preços justos para produtos agrícolas ou para a terra. Na verdade, os direitos das pessoas LGBTTIQ também fazem parte da luta por justiça e dignidade. Sexualidade, afeição e emotividade são características fundamentais de pessoas fortes, que se empenham em participar da batalha comum por uma sociedade justa, com soberania alimentar como uma realidade vivida. Num contexto em que o sistema camponês e a economia foram dizimados por máquinas, agroquímicos e agronegócios, é fundamental abraçar novos participantes, que estejam dispostos a reconstruir um sistema agrícola baseado na natureza e nos seres humanos, independentemente da sua orientação sexual e identidades de gênero.

Ao nível nacional, o Brasil é um exemplo de maior resistência. O recém-eleito governo de direita continua a atacar abertamente políticas existentes dirigidas a apoiar minorias de gênero e étnico-raciais, e a incitar o ódio social contra pessoas LGBTTIQ. O Brasil tem uma das taxas mais altas de homicídios motivados por homo/lesbo/transfobia no mundo.³⁵ Em 2017, foram registados 445 casos de assassinato desse tipo, e outros 420 em 2018.³⁶ No entanto, as comunidades rurais LGBTTIQ continuam a lutar pelo reconhecimento e a defender os direitos conquistados. O Movimento dos Sem-Terra (MST) é uma das organizações ativamente a trabalhar nessa agenda, uma vez que o patriarcado rural normaliza o padrão heterossexual.³⁷ Por meio de treinos políticos, diálogo com movimentos LGBTTIQ urbanos e intervenções culturais e políticas, o compromisso contínuo da organização com essa causa contribuiu não apenas para o autoempoderamento dos sem-terra LGBT, mas também para o fortalecimento das lutas: pela reforma agrária e pelos direitos LGBTTIQ.

23 Gamboa, Fatima. "¿Dónde estamos las mujeres indígenas lesbianas?" (Onde estamos, as mulheres indígenas lésbicas?). *Pikara online Magazine*, outubro de 2017. Disponível em espanhol em: www.pikaramagazine.com/2017/10/donde-estamos-las-mujeres-indigenas-lesbianas/.

24 Para mais informações, consulte: www.univision.com/noticias/america-latina/wera-pa-mujer-falsa-asi-viven-las-indigenas-transgenero-en-colombia.

25 CIDH. Nota 10: 153 supracitada.

26 Amaral, Sofia. "Jovens indígenas debatem tema LGBT e querem 'abrir mente' dos mais velhos..." 30 de janeiro de 2018. Disponível em português em: noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/30/jovens-indigenas-debatem-tema-lgbt-e-querem-abrir-mente-dos-mais-velhos.htm.

27 Gioia e von Redecker. Nota 6 supracitada, em referência a: Bagemihl, Bruce. *Biological exuberance. Animal homosexuality and natural diversity* (Exuberância biológica. homossexualidade animal e diversidade natural) Nova York, 1999; e a Barad, Karen. "Nature's queer performativity" (Performatividade queer da natureza). Em *Women, Gender and Research* (Mulheres, Gênero e Pesquisa) - Kvinder, Køn og forskning. *Feminist Materialisms* (Materialismo Feminista) 1-2 (2012):25-53.

28 A perspectiva *queer*-feminista fornece uma nova direção para o projeto feminista, a fim de superar os binômios de gênero nele embutidos. No entanto, a perspectiva *queer*-feminista está profundamente ligada ao projeto feminista, pois também aborda as relações de poder patriarcais e o empoderamento das mulheres.

29 Para mais informações, veja: www.facebook.com/landdykecsa.

30 Land Dyke Feminist Family Farm. "Land Dyke Manifesto" (Manifesto da Land Dyke). Manifesto não publicado.

31 *Ibidem*.

32 Para mais informações, veja: www.fao.org/family-farming/decade/en/.

33 ILGA. Nota 3: 29 supracitada.

34 Para mais informações, leia: *Fouce – Periódico labrego de información técnica e sindical* (Fouce – Jornal agrícola de informação técnica e sindical). Número 323, novembro-dezembro 2018: 18-19. Disponível em galego em: www.sindicatolabrego.com/index.php?s=18.

35 ILGA. Nota 3: 106 supracitada.

36 Grupo Gay da Bahia. *Relatório 2017: Pessoas LGBT mortas no Brasil*. Disponível em português em: pt.calameo.com/read/004650218f3258a331907; e homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/mortes-po-anos.jpg.

37 CartaCapital. “A vida dos LGBTs na zona rural”. Disponível em português em: www.cartacapital.com.br/diversidade/a-vida-dos-lgbts-na-zona-rural.

38 FIAN. “LGBTIQA community – The Right to Feed Off Inclusion” (Comunidade LGBTIQA - O Direito de Alimentar a Inclusão). Parte da série *Struggle for the Right to Food and Nutrition* (Luta pelo Direito à Alimentação e Nutrição), Edição 8, fevereiro de 2017. Disponível em inglês em: www.fian.org/en/publication/article/the-right-to-feed-off-equality-1941.

39 Disponível em inglês em: www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/eng.pdf.

UNA-SE: PARTICIPE — PROMOVA MUDANÇA!

Por todas as razões descritas neste artigo, a identidade sexual não pode ser vista de forma isolada, nem como uma questão meramente privada das próprias pessoas LGBTTIQ. A sexualidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento físico e mental dos seres humanos e influencia a sua relação com os outros, com o meio ambiente e com seus contextos socioeconômicos. A discriminação política, econômica e social que enfrentam tem impactos consideráveis em sua capacidade de ter acesso a alimentos adequados (culturalmente aceitáveis) e nutritivos.³⁸ Isso é resultado da ordem heteronormativa e patriarcal sistêmica em que estamos inseridos.

Embora a situação de vulnerabilidade descrita acima elucidada como a discriminação baseada no gênero, agravada pela interseccionalidade, pode levar à insegurança alimentar, outros casos mostram que há resistência e que ativistas LGBTTIQ estão a organizar-se para procurar visibilidade, reconhecimento e igualdade não só nas suas comunidades e movimentos sociais, mas na sociedade como um todo. Além disso, os membros da comunidade LGBTTIQ na agricultura também contribuem para a produção local de alimentos, em pé de igualdade com as pessoas heteronormativas, e vários deles estão altamente comprometidos com a agenda da soberania alimentar. A luta para que essas pessoas tenham visibilidade, aceitação e direitos humanos garantidos precisa de ir além da esfera privada. Ela precisa de se tornar uma luta coletiva pela dignidade e solidariedade, especialmente considerando que esta também é uma luta pela promoção do direito à alimentação e nutrição de todos os seres humanos que dependem dos alimentos produzidos por suas próprias mãos e corações.

O neofascismo é atualmente uma ameaça às democracias, às minorias e aos direitos humanos a nível global. Mas a luta para desafiar as normas de gênero, procurar autonomia corporal e derrubar estruturas patriarcais (e as estruturas racistas e coloniais relacionadas) pode, por sua vez, ser uma ameaça às elites conservadoras. Os sectores progressistas precisam de se unir e desenvolver estratégias coletivas para a igualdade de gênero e etnia, direitos à terra, habitação e soberania alimentar, sempre tendo em conta a implementação do Artigo 1 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*:³⁹ “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Este não é o momento de se dividir, mas de se unir: defensores da justiça social e defensores dos direitos humanos, LGBTTIQ ou heterossexuais, devemos unir-mos e trabalhar em parceria, devemos solidarizar-mos uns com os outros, e devemos ser ousados.



EM RESUMO

Este artigo analisa como os direitos das pessoas LGBTTIQ são em grande medida silenciados no movimento mais amplo de direitos humanos, na luta pela soberania alimentar e pela realização do direito à alimentação e nutrição adequadas. Isso demonstra que, mesmo defendendo uma agenda feminista dentro do sistema alimentar, o movimento de soberania alimentar baseado em direitos não é poupado da reprodução de padrões sexistas reforçando o patriarcado. A autora argumenta que a marginalização das pessoas LGBTTIQ nessas lutas reflete as múltiplas formas de discriminação que elas enfrentam, decorrentes de suas identidades e experiências sobrepostas (raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual).

Este artigo tem a meta de promover um diálogo entre os movimentos feminista, *queer*-feminista e pela soberania alimentar, fortalecendo assim o potencial de compreensão e colaboração. Finalmente, a autora apela a que todos estes movimentos unam forças e abracem a convergência na luta coletiva pela dignidade humana e pelos direitos humanos nos diferentes sectores do sistema alimentar.



CONCEITOS PRINCIPAIS

- Em todo o mundo, as pessoas LGBTTIQ são marginalizadas e privadas de seus direitos humanos, levando muitas delas a sofrer com a exclusão social. Seus direitos à alimentação, moradia e vida não são garantidos.
- Mesmo enquanto defende uma agenda feminista, o movimento pela soberania alimentar reproduz padrões sexistas e tensões existentes na sociedade em torno da dinâmica entre raça, gênero, classe, o Norte e o Sul.
- A luta pelos direitos das pessoas LGBTTIQ é em grande medida silenciada no movimento mais amplo de direitos humanos e na luta pela soberania alimentar e pelo direito humano à alimentação e nutrição adequadas.
- Na agricultura, a discriminação de gênero é uma realidade e a produção de alimentos é muitas vezes interligada a uma compreensão binária da “natureza”. No entanto, este é um conceito de “natureza” que está construído para apoiar uma narrativa e ordem social heteronormativas e patriarcais.
- A discriminação enfrentada por pessoas LGBTTIQ não deve ser considerada uma questão privada. A discriminação política, econômica e social que elas enfrentam tem um impacto considerável em sua capacidade de obter acesso a alimentos adequados, culturalmente aceitáveis e nutritivos.
- Os sectores progressistas precisam de desafiar conjuntamente as normas de gênero, buscar autonomia corporal e derrubar as estruturas patriarcais, enquanto desenvolvem estratégias coletivas em direção à igualdade étnica e de gênero, ao direito à terra, moradia e soberania alimentar.



PALAVRAS-CHAVE

- LGBTTIQ
- Soberania alimentar
- Sistemas alimentares
- Género e direitos da mulher
- Diversidade de género
- Proteção social
- Povos indígenas
- Insegurança alimentar urbana